



Home > Economia > Brasil > Cetem vê alento...

## Cetem vê alento no orçamento de 2018 com mudanças na CFEM

O Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) prevê que o próximo ano será difícil para o desenvolvimento da ciência no país, devido aos cortes orçamentários e contingenciamentos. Apesar disso, Fernando Freitas Lins, diretor do órgão, vê um alento em 2018 com a previsão de maior arrecadação com as mudanças na Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM).

Da Redação | 29 Dezembro 2017 | 11:36 | News



Em nota divulgada na semana passada, Lins recorda que em julho deste ano o governo encaminhou três medidas provisórias ao Congresso Nacional, no chamado Programa de Revitalização da Indústria Mineral, proposto pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Das três medidas provisórias, a 789/17, que trata das mudanças na CFEM, e a 791/17, que cria a Agência Nacional da Mineração (ANM), em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), foram aprovadas. A MP 790/17, que alterava 23 pontos no Código de Mineração não foi votada a tempo e perdeu a validade.

"Em 2016, a arrecadação total da CFEM alcançou R\$ 1,7 bilhão. Com as mesmas regras, estimava-se um total da CFEM em 2017 de, pelo menos, R\$ 1,8 bilhão. A avaliação que se faz de arrecadação com a nova legislação, mantidos os atuais níveis de produção e de cotações das commodities, é de R\$ 3,0 bilhões ao ano", afirma o diretor do Cetem.

A Lei 13.540 fez mudanças na distribuição da CFEM: União - 10% da CFEM; Estados onde ocorre a produção mineral - 15%; Municípios onde ocorre a produção mineral - 60%; e Municípios impactados indiretamente pela mineração - 15%.

A parte da União ficou dividida para a ANM, com 7%, R\$ 210 milhões; e 0,2%, R\$ 6 milhões, para o Ibama e para o Ministério do Meio Ambiente, "para atividades de proteção ambiental em regiões impactadas pela mineração".

Para aplicação em ciência e tecnologia no setor mineral, ainda da cota-parte da União, foi aprovado 1%, R\$ 30 milhões, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), gerido pela Finep/Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), conhecido como Fundo CT-Mineral.

Para o Cetem foi direcionado 1,8%, R\$ 54 milhões, "para a realização de pesquisas, estudos e projetos de tratamento, beneficiamento e industrialização de bens minerais".

"Cabe registrar a sensibilidade do relator, deputado Marcus Pestana, e da comissão mista para atenuar a grande diferença de recursos orçamentários entre as ICTs federais dedicadas a setores semelhantes em importância econômica, e que se baseiam em recursos naturais, como o agropecuário (Embrapa), o energético (Cenpes e Cepel) e o setor mineral (CETEM)", diz Lins.

Segundo ele, essa lei marca o início de uma nova fase para o Cetem, com mais responsabilidades e expectativas por sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico e para a inovação na indústria mineral do país.

Uma novidade inserida pelo relator por meio do inciso XI do Art 2º diz que: "Das parcelas de que tratam os incisos V e VI (referem-se estes aos 15% da CFEM para os estados e aos 60% dos municípios onde ocorre a produção mineral), serão destinados, preferencialmente, pelo menos 20% (vinte por cento) de cada uma dessas parcelas para atividades relativas à diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico".

Ou seja, pelo menos R\$ 450 milhões ao ano, R\$ 90 milhões dos Estados e R\$ 360 milhões dos municípios, devem ser destinados "à diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico", preparando o município ou Estado minerador para o período pós-mineração.

"Em outras palavras, transformar o bem mineral extraído em capital humano qualificado e diversidade econômica com base em educação e em ciência e tecnologia. E procurando equilibrar o impulso natural da presente geração em usufruir da CFEM, para satisfazer suas necessidades, com a prudência requerida para planejar e garantir a extensão dos benefícios às gerações futuras", afirma Lins, que ao encerrar a nota, pede que 2018 seja um ano sem contingenciamentos. As informações são do Cetem.

### Conteúdo Relacionado

Cetem vê alento no orçamento de 2018 com mudanças na CFEM

Vale economiza mais US\$ 2 Bi no S11D com desvalorização do real

Maranhão, a Indonésia Brasileira

Tags (Clique para mais informação)

Brasil

Fernando Freitas

CFEM

Cetem

FNDCT

MCTIC

